

## **SEMINÁRIO PARA DEBATER A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E SEUS IMPACTOS AOS DIREITOS HUMANOS**

Nesta quarta-feira (22/05), às 14h15, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou um seminário internacional no Anexo II, Plenário 09. O objetivo foi discutir pontos referentes ao impacto da Reforma da Previdência na questão dos direitos humanos no Brasil.

O seminário foi presidido pelo deputado Helder Salomão (PT/ES).

O requerimento foi o de nº 30/2019, do deputado Helder Salomão (PT/ES).

### **Convidados**

<b>Nome</b>	<b>Órgão/Função</b>
<b>Sra. Maria Lúcia Fattorelli</b>	<b>Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida</b>
<b>Sr. Carlos Eduardo Gabas</b>	<b>Especialista em Gestão de Sistemas de Seguridade Social e Ex-Ministro da Previdência Social</b>
<b>Sr. Recaredo Gálvez</b>	<b>Pesquisador da Fundación Sol do Chile</b>
<b>Sr. Erick Magalhães</b>	<b>Advogado Especialista em Direito Previdenciário</b>
<b>Sr. Guilherme Pfeifer Portanova</b>	<b>Especialista em Direito Previdenciário e Consultor Jurídico da Confederação Brasileira de Aposentados (Cobap)</b>
<b>Sra. Selene Michielin Barboza</b>	<b>Secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos</b>



	<b>Trabalhadores em Educação (CNTE)</b>
<b>Sr. Edjane Rodrigues</b>	<b>Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)</b>
<b>Sra. Carolina Espinoza</b>	<b>Dirigente da Confederação de Funcionários de Saúde Municipal (Confusam) do Chile e representante da Coordenação No Más AFP (Administradora de Fondo de Pensão)</b>

O presidente da Comissão, Helder Salomão (PT/ES), iniciou a reunião às 14h15. Ele inicia seu discurso afirmando que a Reforma da Previdência, encaminhada pelo governo de Jair Bolsonaro, modifica de forma profunda o regime previdenciário no país. Segundo ele, o governo afirma se basear em modelo adotados pelo mundo, como de países latino-americanos, a exemplo do Chile. Porém, como demonstram alguns estudos, na verdade o que tem ocorrido em dezoito desses países é a chamada “reversão da privatização da previdência”. A proposta, segundo o deputado, afeta os mais fracos (como pobres e mulheres) e modifica a lógica do bem-estar social instituída pela Constituição de 1988.

Em seguida, a palavra foi passada, por videoconferência, a Recaredo Gálvez, pesquisador da Fundación Sol do Chile. O pesquisador discorre sobre o sistema de capitalização individual que tem acontecido nos últimos anos no Chile. De forma negativa, este sistema é atrativo para os grupos econômicos, principalmente o setor bancário – como o Santander e o BTG Pactual. Outro erro é que os fundos de inversão individuais fazem com que os fundos de pensão gerem baixo retorno, diminuindo a pensão no futuro. Por último, ele aponta que é danosa a forma como o Estado, pressionado pelos



grupos econômicos, promove a manutenção deste sistema, prejudicando a população mais pobre.

A próxima convidada a falar, por videoconferência, foi Carolina Espinoza, dirigente da Confederação de Funcionários de Saúde Municipal (Confusam) do Chile e representante da Coordenação No Más AFP (Administradora de Fundo de Pensão). A dirigente discorre mais a respeito da ditadura militar ocorrida no Chile. A existência de um novo sistema foi utilizada no país como motivação para a implantação de um novo processo previdenciário. No Chile, os trabalhadores são obrigados a pagar 10% de seus salários para o sistema de capitalização individual. Segundo ela, a questão dos fundos de pensão é muito importante para o país, corroborando com o discurso do convidado anterior.

Pronunciou-se Carlos Eduardo Gabas, especialista em Gestão de Sistemas de Seguridade Social e ex-ministro da Previdência Social. Segundo o especialista, o governo enfrenta grandes desafios relacionados à Previdência. Porém, eles são muito mais ligados à reorganização de fontes de financiamento do que ao debate e retirada de direitos dos trabalhadores. O ex-ministro afirma que a proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo atual governo é injusta, pois privilegia os bancos e prejudica a população mais pobre, seguindo o modelo de capitalização individual adotado no Chile e em outros trinta países do mundo (dentro os quais dezoito já desistiram e retrocederam).

Com a palavra, Maria Lúcia Fattorelli, coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida. Ele iniciou sua apresentação levantando a questão de que a “necessidade” de pagar a dívida pública tem sido usada para destinar a maior parte do Orçamento Federal para os gastos com juros e amortizações. Além disso, o contínuo e rigoroso



ajuste fiscal leva ao desmonte do Estado e dos serviços públicos essenciais (como saúde, educação e demais direitos humanos). Ela aponta também que o ajuste fiscal do governo acarreta em privatizações e modificações constitucionais danosas, a exemplo da Emenda Constitucional 95. Ao criticar o Banco Central, a coordenadora aponta que o Banco deixa de ser um banco para o desenvolvimento do país e age com uma política monetária que favorece apenas os banqueiros.

Em seguida, a palavra foi passada a Erick Magalhães, advogado especialista em Direito Previdenciário. Seu discurso baseou-se no fato de que, segundo ele, a PEC é inconstitucional, já que tende a abolir direitos e garantias individuais. Além disso, a proposta não assegura o bem-estar do povo - apesar de estar ligada à seguridade social. Isso acaba gerando, no final do ciclo, idosos entrando no mercado informal, para que haja complementação de renda.

Pronunciaram-se ainda Selene Michielin Barboza, secretária de Aposentados e Assuntos Previdenciários da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), e Edjane Rodrigues, Diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

O presidente abriu a sessão para debates. Os deputados José Medeiros (PODE/MT), Rogério Correia (PT/MG) e Érika Kokay (PT/DF) fizeram suas considerações finais, criticando a proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro.

Helder Salomão, presidente da reunião, prestou agradecimentos aos presentes e, não havendo mais nada a declarar, encerrou a reunião às 17h17.

